

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI ÁRIDO

PÉRICLES AUGUSTO CÂMARA NETO

**CICLOS POLÍTICOS X PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO: UM
ESTUDO ACERCA DA INFLUÊNCIA DOS PERÍODOS ELEITORAIS
SOBRE A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL UM ESTUDO NOS
ESTADOS BRASILEIROS**

Mossoró – Rio Grande do Norte
2019

Trabalho de Conclusão de Curso (2019)

PÉRICLES AUGUSTO CÂMARA NETO

**CICLOS POLÍTICOS X PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO: UM
ESTUDO ACERCA DA INFLUÊNCIA DOS PERÍODOS ELEITORAIS
SOBRE A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL UM ESTUDO NOS
ESTADOS BRASILEIROS**

Relatório final, apresentado a Universidade Federal Rural do Semi Árido como parte das exigências para a obtenção do título de bacharel em Ciências Contábeis.

Mossoró, ____ de Agosto de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. (Nome do orientador)
Afiliações

Prof. (Nome do professor avaliador)
Afiliações

Prof. (Nome do professor avaliador)
Afiliações

Trabalho de Conclusão de Curso (2019)

**CICLOS POLÍTICOS X PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO: UM ESTUDO
ACERCA DA INFLUÊNCIA DOS PERÍODOS ELEITORAIS SOBRE A LEI
ORÇAMENTÁRIA ANUAL UM ESTUDO NOS ESTADOS BRASILEIROS**

Péricles Augusto Câmara Neto¹

Antônio Erivando Xavier Junior²

Resumo

A presente pesquisa tem como objetivo a análise acerca das influências dos mandatos eleitorais sobre o planejamento orçamental dos estados brasileiros. Mais especificamente, sobre a classificação por funções orçamentárias, categoria econômica e grupo de natureza de despesas. A amostra da pesquisa consiste em 22 estados e o Distrito Federal, entre os anos de 2004 a 2018, compreendendo quatro ciclos eleitorais. As variáveis independentes de interesse foram definidas com base em estudos anteriores que apontam quais funções são passíveis a sofrerem influências. Já as variáveis dependentes consistem em *dummies* que indicam se o gestor está exercendo o Primeiro Mandato (PM), se é Ano Eleitoral (AE) ou se está no primeiro mandato e o ano é eleitoral (PMAE). As variáveis de controle utilizadas foram as despesas por função, grupo de natureza de despesas e categoria econômica. A técnica econométrica utilizada foi a regressão com dados em painel. As evidências revelaram que a variável PM apresentou influência sobre o planejamento das funções Administração e Direito a Cidadania. Já a variável PMAE apresentou influência apenas sobre o planejamento da função Cultura e no grupo de natureza de despesa Outras Despesas Correntes. A variável AE indica ainda, influência sobre as funções Saúde e Cultura, além de influenciar o grupo de natureza de despesa Inversão Financeira. Indicando uma alteração na composição das despesas em direção aos elementos descritos no tocante a períodos eleitorais. A pesquisa concluiu que existe alteração na composição do orçamento público em período eleitoral por parte dos governadores legalmente reelegíveis.

Palavras chave: Ciclos Políticos. Despesas Orçamentarias. Mandato Eleitoral.

¹ Bacharelando em Ciências Contábeis na Universidade Federal Rural do Semi-árido (UFERSA).

² Doutor em Administração na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2015). Mestre em Ciências Contábeis pelo Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis - UnB/UFPB/UFRN (2011).

Trabalho de Conclusão de Curso (2019)

1. INTRODUÇÃO

Conforme Cesar *et al.* (2015, p.1320), “uma das formas de atuação do Estado é a função alocativa, pela qual se disponibilizam bens e serviços à sociedade, de modo a promover o desenvolvimento socioeconômico”. No entanto, esse ideal sofre rejeições e críticas por trabalhos como o de Downs (1957), Segundo Ferreira e Bugarin (2007), Nordhaus (1975), Sakurai (2009), os quais avaliaram as gestões públicas em perspectivas individuais durante períodos eleitorais, opinando que o candidato ao governo tende a praticar atos visando interesses próprios em suas respectivas reeleições ou eleições partidárias de coligados.

Na literatura envolvendo economia política, Drazen (2000) aponta que os modelos de ciclos políticos ressaltam a ideia de que as manipulações eleitoreiras servem para sinalizar a “competência administrativa” dos governantes, uma vez que somente políticos realmente aptos seriam capazes de produzi-los.

As Hipóteses que gestores e coligações partidárias formulariam políticas públicas visando aumento no número de eleitores, elaborada por Downs (1957), serviu como fundamentação para Teoria dos Ciclos Políticos. O autor aponta em sua obra a objetificação por parte dos candidatos ao governo, os quais agem visando se beneficiar e obter regalias oriundas da gestão pública através da manipulação administrativa econômica governamental. Em contrapartida a população eleitoral se comportaria baseada em princípios egocentristas oriundos de desejos capitalistas, divergindo do ideal de bem-estar coletivo.

A Teoria Revolucionária dos Ciclos Políticos elaborada por Downs (1975), foi bem aceita pelos acadêmicos da época, resultando em maiores aprofundamentos do tema por diversos estudiosos como Nordhaus (1975), que direcionou suas convicções para a estruturação da teoria através do desenvolvimento do *political bussiness cycle* (Ciclo Político de Negócios), baseando-se em ideias de *trade-offs*, existentes entre inflação e desemprego, defendendo assim o poder de barganha entre a elevação de preços econômicos, tendo contrapartida a idealização de um menor número de desempregados no país. A partir do princípio do *trade-off*, o autor desenvolveu em seu trabalho que no período pós-eleitoral o governo aumentaria o número de desempregados e enfraqueceria a economia. Já durante o período pré-eleitoral, visando uma possível reeleição, o gestor passaria a agir provindo de ideais que proporcionariam alienação social eleitoral, os quais tenderiam a reduzir o nível de desemprego e fomentar a economia com o intuito da obtenção de votos, uma vez que o eleitor seria convencido pela atual conjuntura econômica vivenciada durante o período eleitoral, esquecendo assim as condutas governamentais iniciais da gestão.

O *Political Business Cycle* (Ciclo Político de Negócios) defendido por Nordhaus (1975), fundamentalmente seria um modelo de ciclo político com ações mais complexas, as quais necessitariam de um maior esforço intelectual para compreendê-las e notar sua presença, se assemelhando a “Mão Invisível” de Smith (1776), a qual defendia que o maior obstáculo para progresso socioeconômico seria o intervencionismo do estado na economia. Se contrapondo aos pensamentos de Nordhaus, Rogof (1990) formulou o *Political Budget Cycle* (Ciclo Político Orçamentário), defendendo que as distorções em valores fiscais ficariam cada vez mais visíveis aos eleitores com a iminência de uma nova corrida governamental, já que visando uma reeleição ou a eleição de um coligado, o candidato ao governo ficaria cada vez mais tendencioso a práticas de ações que distorceriam a política fiscal, com a finalidade de conquistar um maior número de eleitores, o que resultaria na fomentação do ciclo político orçamentário.

Trabalho de Conclusão de Curso (2019)

Diversas pesquisas internacionais como Klomp & Haan (2013), Saporitti & Streb (2008), Veiga (2007), Rose (2006), Brender & Drazen (2005) e pesquisas nacionais como Barrêto (2012), Sakurai & Menezes (2011), Carvalho & Oliveira (2009), Sakurai, (2009), identificaram a presença de ciclos políticos em variáveis fiscais em diferentes localidades.

No Brasil o orçamento público é regido pela Lei Complementar 4.320, criada em 17 de março de 1964 e pela Constituição Federal de 1988, tais meios descrevem regras a serem seguidas na esfera municipal, estadual e federal. A Lei Orçamentária Anual (LOA) é uma ferramenta primordial no planejamento financeiro da gestão pública, sendo determinante no controle e alocação dos recursos disponíveis e cooperando para o desenvolvimento, visando o planejamento e execução das ações públicas, contendo as previsões de gastos e arrecadações para o período de um ano.

Segundo Barrêto (2012), “na gestão pública, especificamente, os gestores podem alterar os rumos da economia ou simplesmente manipular variáveis fiscais para melhorar sua reputação e aumentar sua probabilidade de reeleição”. Tendo a LOA como um planejamento econômico anual, a qual se inclui diversas variáveis fiscais, o seguinte problema motivador deste trabalho foi: A elaboração da LOA sofre influência dos períodos eleitorais?

O objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar a influência dos anos eleitorais sobre elaboração da LOA. Para isso, buscou-se estratificar a composição orçamentária por elementos de despesas e funções, durante o intervalo temporal correspondente aos anos de 2004 até 2018, que representam os últimos quatro ciclos eleitorais. Foram utilizados dados de 22 estados brasileiros e Distrito Federal, abrangendo tanto os gastos executados ao longo dos mandatos, como aqueles presentes nos anos eleitorais. A despesa pública será classificada por funções orçamentárias e elementos de despesas, expondo em qual área o gasto foi executado.

Com isso, o trabalho conta com a principal contribuição acadêmica a avaliação dos fatores influentes na composição dos gastos públicos sobre a probabilidade de reeleição de grupos políticos ou representantes prosélitos, com candidaturas a gestores nos estados brasileiros durante os últimos quatro ciclos eleitorais, uma vez que o gestor pode alterar a composição dos gastos públicos visando sua reeleição ou a eleição de um adepto.

É justificável a elaboração desta pesquisa, pela baixa demanda no tratar de trabalhos acerca dos ciclos político-orçamentários, destacando a relação existente entre os ciclos políticos com e o planejamento orçamentário guiado pelo setor público, em níveis estaduais entre 2004 a 2018, além de que podemos destacar a relativa ausência de estudos nacionais no âmbito tangencial sobre as relações existentes entre elementos de ordem econômica e elementos de ordem política estadual, o que proporciona um maior aprofundamento no estudo das naturezas dos gastos públicos. Com isso, pode-se apontar a contribuição literária de tal estudo sobre LOA, partindo da identificação de como as políticas fiscais poderão ser sugestionadas durante períodos eleitorais. A pesquisa também tem o intuito de auxiliar os entes públicos e a sociedade a compreender o fluxo dos gastos públicos a cada novo ciclo eleitoral.

Trabalho de Conclusão de Curso (2019)

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Teoria dos Ciclos Políticos

Inicialmente desenvolvida por Down (1957), a Teoria de Ciclos Políticos traz consigo um entrelaçamento com princípios econômicos que verificam ações políticas democratas, formuladas por partidos com intuito de obterem votos, agindo por meio de interesses próprios. Com esse pensamento, grupos partidários buscam através dos cargos políticos a oportunidade para desfrutar de uma boa renda, prestígio e poder que lhe são ofertados, o autor defende a hipótese de ações partidárias sendo objetivadas pela manutenção no poder, consequentemente, formulariam políticas públicas favoráveis a conquista de votos. Por outro lado, o autor discute a respeito da racionalidade dos eleitores na hora do voto, uma vez que o mesmo exerce seu compromisso eleitoral com certa racionalidade, visando o candidato que ofereça melhores regalias ou benefícios pessoais, caso eleito. Downs (1957) estabelece que a relação existente entre a situação econômica e calendário eleitoral podem ser percebidas pela existência de distorções de políticas econômicas durante períodos pré-eleitorais.

Downs (1957) sistematizou a Teoria dos Ciclos Políticos, ocasionando o ganho de novas vertentes durante os anos de 1970 e 1990 (Nordhaus, 1975; Rogoff, 1990). Nordhaus (1975) se destacou ao apresentar o *Business Political Cycle* (ciclo político de negócios), correspondente a um dos primeiros estudos formais contendo modelo de ciclos políticos oportunistas com intuito de tentar a manipulação de votos a favor do partido. Tendo como base a curva de Phillips (1958), o autor traz a realização de um trade-off relacionado o índice de desemprego e a taxa de inflação, resultando em um padrão o qual as decisões poderiam ser tomadas dentro de um contexto político. O autor destaca que mesmo podendo tomar decisões baseadas em eventos passados, haveria uma maior priorização aos eventos recentes por parte dos eleitores, os quais acabam agindo de maneira míope. Com a chegada das eleições, o governo agiria a partir de ações públicas, estimulando a economia com intuito que o nível de desemprego possa atingir menores níveis às vésperas do pleito, com a finalidade de conquistarem cada vez mais adeptos ao partido, ocasionando uma maior probabilidade sobre a reeleição. Passado o período eleitoral, os candidatos eleitos passariam a tomar medidas para a reversão das consequências sobre a política econômica implementada durante o período eleitoral, ocasionando inflação na economia.

Em Rogoff e Sibert (1988) e Rogoff (1990) é apresentada discussões diferentes à Nordhaus (1975), uma vez considerando que a irracionalidade não é apenas a causadora dos ciclos econômicos como função do calendário eleitoral, e partiria para uma linha de pensamentos a qual existe uma assimetria informacional entre os *policymakers* (agentes políticos) e eleitores, já que não possuem informações adequadas disponíveis para uma possível que possam analisar sobre as competências dos candidatos ao pleito.

Já em 1990, Rogoff propôs o *Political Budget Cycle* (Ciclo Político Orçamentário), correspondendo a uma outra abordagem clássica que resultou no direcionamento de seu estudo a existência de ciclos políticos ligados a instrumentos políticos orçamentários, justificando a facilidade de adulteração, em relação as variáveis fiscais ligadas a fatores macroeconômicos. Ocasionalmente um apontamento de modelo mais oportunista, o qual o governo demonstraria sua competência adotando políticas fiscais expansionistas durante períodos pré-eleitorais, resultando em uma interpretação positiva por parte dos eleitores racionais em função da defasagem temporal informacional. Tais alterações aconteceriam tanto nos níveis de despesas orçamentárias quanto a níveis de composição dos gastos públicos, sendo os gastos que seriam capazes de sinalizar competências e aumentariam a

Trabalho de Conclusão de Curso (2019)

probabilidade de sucesso eleitoral. Após a eleição, os governantes tomariam medidas políticas mais rigorosas, completando o Ciclo Político Orçamentário (*Political Budget Cycles*).

Segundo Drazen (2001), a literatura apontaria condições econômicas as quais afetariam os resultados das eleições nos Estados Unidos, entretanto, o autor aponta uma divergência existente relacionada a influências oportunistas, onde poderia ser observada por meio de dados macroeconômicos. Durante o estudo, o mesmo efetuou um levantamento destinado a uma maior compreensibilidade dos ciclos políticos, partindo de princípios proposto pela pesquisa de Nordhaus (1975), o que resultou na elaboração de um novo modelo a qual consideraria as variáveis das políticas monetárias e fiscais. O autor afirmou que os modelos de manipulações das políticas monetárias não seriam convincentes e já os baseados em variáveis fiscais (*Political Budget Cycles*) teriam uma maior consistência para avaliarem efeitos eleitorais sobre os resultados econômicos. Com o levantamento de Drazen (2001), houve ocasionalmente um aumento na demanda de pesquisas ligadas à Teoria dos Ciclos Políticos em foco no *Political Budget Cycle*, e não mais o *Political Business Cycle* proposto por Nordhaus (1975).

Peltzman (1992) foi pioneiro ao avaliar em seus estudos as relações existentes entre as manipulações fiscais e resultados eleitorais nos governos estaduais e federais norte-americanos. O que resultou na obtenção de evidências, as quais apontam sobre a penalização por parte dos eleitores no que diz respeito ao crescimento das despesas estaduais e federais durante anos eleitorais, concluindo que a haveria uma postura de conservadorismo fiscal por parte do corpo eleitoral.

Drazen e Eslava (2005), optaram pela avaliação o dos eleitores considerados perfeitamente racionais, utilizando possíveis influências eleitorais sobre a dinâmica dos gastos públicos e a resposta popular no tocante sobre possíveis distorções oportunistas. Os resultados da pesquisa acabaram evidenciando a valorização por parte da população eleitoral a certos tipos de despesas, como gastos com infraestrutura, mas os mesmos acabam desvalorizando os déficits nos períodos pré-eleitorais. Constatou-se também a existência de “punição” dos partidos por parte dos eleitores na execução de grandes déficits nos períodos anteriores as eleições.

Diversos estudos (BRENDER e DRAZEN, 2013; SJAHIR KIS-KATOS; SCHULZE, 2013; DRAZEN; KATSIMI; SARANTIDES, 2012; ESLAVA, 2010; SCHNEIDER, 2010; VERGNE, 2009) evidenciaram a relação entre ciclos políticos e ações fraudulentas ligadas as despesas públicas. Drazen e Eslava (2005) explicaram que com alterações nas composições dos gastos públicos criava-se o favorecimento de itens que seriam de fácil identificação aos olhos do eleitor, tendo como contrapartida a alavancagem no nível de reputação e aumentos nas chances de reeleição.

Com isso, podemos destacar que na literatura internacional existe diversos indicativos de evidências sobre existência da influência fiscal tanto no que tange despesas públicas quanto na composição dos gastos públicos. Contudo, a manipulação em mensurações agregadas se tornaria mais comum em países em desenvolvimento e em democracias jovens (BRENDER e DRAZEN, 2005).

Brender e Drazen (2008), avaliaram cerca de 74 países entre 1960 e 2003, encontrando evidências as quais indicam a resposta negativa eleitoral negativa por parte da população contra gestores que realizam desajustes fiscais durante os anos eleitorais. Assim como Peltzman (1992), a pesquisa aponta uma postura mais conservadora relacionada a política fiscal pela população.

Algumas pesquisas (DRAZEN e ESLAVA, 2010; VEIGA e VEIGA, 2007b) partem do ideal que a manipulação fiscal ocorria na composição da despesa pública e acabam

Trabalho de Conclusão de Curso (2019)

avaliando suas influências sobre governantes eleitos. Veiga e Veiga (2007a) identificaram o aumento de chances portuguesas de reeleição dos gestores públicos a partir da expansão de gastos com investimentos em municípios.

2.2 Ciclos Políticos no Brasil

No âmbito nacional as pesquisas sobre ciclos políticos, destacam-se as realizadas por Sakurai (2005, 2009), Carvalho e Oliveira (2009), Sakurai e Menezes Filho (2011) e Queiroz (2015, 2017). Como pontapé inicial, Sakurai (2005) ganhou destaque identificando impulsos positivos sobre as despesas orçamentárias durante os anos eleitorais nos municípios paulistas, tendo como base Rogoff e Sibert (1988) e Rogoff (1990). O autor analisou 572 municípios paulistas durante o intervalo temporal vigente de 1989 a 2001. Eventualmente, foram levantados indicativos que em nenhum desses anos eleitorais estudados, a população votante agiu de forma racional, com a justificativa que a mesma não possuía pleno conhecimento do funcionamento do sistema econômico ou da conduta da classe política.

Partindo para Sakurai (2009), o autor passou a investigar e avaliar sobre existência de ciclos eleitorais nas funções orçamentárias dos municípios brasileiros durante o período de 1990 e 2005. Identificando indícios de distorções correspondentes a períodos eleitorais. Os destaques dessa vez ficaram para contas públicas como saúde, saneamento, assistência, previdência, habitação, urbanismo e transportes. O autor ainda aponta que o fato de as eleições ocorrerem em datas previamente determinadas colaborariam para o comportamento oportunista em períodos pré-eleitorais.

Carvalho e Oliveira (2009) tiveram como objeto de estudo as prefeituras do Estado do Rio de Janeiro dentre o período de 1998 a 2006. O trabalho acabou identificando os comportamentos cíclicos existentes dentro dos gastos públicos e suas relações com o período eleitoral. Eventualmente destacou-se que o calendário eleitoral age influenciando significativa sobre o comportamento dos candidatos regionais eleitos. Além disso, foram identificados impulsos positivos sobre as funções de transporte e legislativa. Os autores ainda apontam que os governantes tendem a realizar superávits financeiros em anos anteriores para descarregar esse excesso no ano eleitoral.

Queiroz (2015) realizou estudos correspondentes à composição dos gastos públicos por naturezas e funções orçamentárias, com intuito de evidenciar suas influências sobre a probabilidade efetiva de reeleição partiria durante as eleições municipais nos anos 2004, 2008 e 2012. Após analisar a natureza dos gastos, concluiu-se que menores gastos com as despesas não finalísticas pessoais, encargos sociais, outras despesas correntes, como também maiores gastos finalísticos com investimentos, influenciam positivamente de recondução governamental. Já com a avaliação das despesas por funções orçamentárias, o autor concluiu que os municípios cujos partidos foram reconduzidos aplicaram um percentual maior de recursos em gastos finalísticos, resultando na redução de despesas administrativas.

Silva *et al.* (2017) realizaram estudos que resultaram na análise de influência relacionadas aos mandatos eleitorais sobre as despesas orçamentárias dos diversos estados brasileiros. Tendo uma amostra correspondente aos 26 estados nacionais, num intervalo temporal equivalente os anos de 2003 até 2014. A autora utilizou de sua pesquisa como instrumento de evidenciação no tocante ao aumento dos gastos públicos, em determinadas variáveis, em anos eleitorais por parte dos governadores legalmente reelegíveis.

Trabalho de Conclusão de Curso (2019)

Pesquisas nacionais (ARVATE; MENDES; ROCHA, 2010; KLEIN, 2010; NAKAGUMA; BENDER, 2010; SAKURAI; MENEZES FILHO, 2008), não conseguiram evidenciar a postura de conservadorismo fiscal, já que os apontamentos levantados nos estudos indicaram que os gestores realizam uma expansão no tocante a de gastos públicos em períodos eleitorais, visando um aumento sobre a probabilidade de reeleição.

É possível notar que, no Brasil, as chances de reeleição dependem de quais variáveis os partidos manipulem, tendo mais chances de se reelegerem aqueles que influenciam variáveis que possuam maior visibilidade para a população. Podendo ressaltar também que as pesquisas nacionais não aprofundaram o estudo sobre a influência da composição da despesa pública sobre os resultados eleitorais.

2.3 Ciclos Políticos Orçamentários - Fatores Determinantes

A LOA (Lei Orçamentaria Anual), ou o Orçamento Público propriamente dito, constitui um instrumento de execução acionária do governamental a que prevê os recursos necessários para alcançar os objetivos priorizados na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias). Em decorrência disso, acaba fixando o montante final das despesas a serem realizadas durante o exercício. Com isso podemos ligar diretamente como instrumento essencial para a teoria estudada por Rogoff (1990), no tocante aos ciclos políticos-orçamentários.

Na literatura podemos destacar diversas obras (BRENDER e DRAZEN, 2005; ALT e LASSEN, 2006; GONZALEZ, HINDRIKS e PORTEIRO, 2013; HAAN, 2013; SHI e SVENSSON, 2006; VERGNE, 2009) as quais indicaram sobre existência e intensidade dos ciclos político-orçamentários, tendo como funções e fatores condicionantes: nível de desenvolvimento, qualidade institucional, nível de informação por parte dos eleitores (SHI E SVENSSON; VERGNE, 2009), transparência (ALT E LASSEN, 2006), regras fiscais (ROSE, 2006), questões político-partidárias (SAPORITTI E STREB, 2008), mandatos eleitorais (KLEIN E SAKURAI, 2015; QUEIROZ, SOUZA, MORAIS e SILVA, 2016), entre outros.

Através de dados relacionados à renda oriundas da permanência, nível informacional sobre o corpo eleitoral, meios de comunicação livres ativos e o índice de corrupção de cada país, os autores Shi e Svensson (2006), concluíram deste estudo, que ao nível de desenvolvimento atuaria como propulsor para os ciclos políticos. Afirmando que as diferenças institucionais correspondentes aos diferentes níveis de desenvolvimento do país poderiam explicar, em grande parte, as diversas variações no tamanho dos ciclos políticos. As restrições institucionais vigentes em países desenvolvidos ocasionalmente acabam impedindo que os recursos públicos passem a ser utilizados como modo de suprimento para fins próprios dos governantes.

Sobre o grau de transparência do governo, Alt e Lassen (2006) estudaram o nível de informações sobre estratégias fiscais e suas implicações nas políticas públicas, uma vez que estariam disponíveis a população, mídia e mercados financeiros. As evidências apontam ao desenrolar da pesquisa que quando existe pouca transparência no país, as probabilidades de existir ciclos políticos seriam bem mais elevadas. Os autores também apresentam um modelo econométrico o qual relata que a mídia estatal corrobora com a falta de transparência.

Klein e Sakurai (2015) e Queiroz *et al.* (2016) averiguaram como o fator mandato eleitoral influenciaria na política fiscal dos municípios e estados, explorando determinados incentivos eleitorais os quais seriam vivenciados por gestores em primeiros mandatos, almejando uma possível reeleição. As evidências obtidas no desenrolar dos estudos

Trabalho de Conclusão de Curso (2019)

apontaram para um caminho a qual o mandato eleitoral influenciaria significativamente a política fiscal, na medida em que detectaria alterações na composição orçamentária dos gastos mais perceptíveis pela sociedade, sendo considerados esses os ligados aos investimentos públicos.

Rose (2006) através da análise de dados norte-americanos, em painel, pode concluir que regras fiscais mais rígidas dificultariam a ocorrência das manipulações. Afirmando ainda que a magnitude da influência política de contas públicas tem como fator determinante o contexto da formação institucional do processo orçamentário. Porém não evitariam os ciclos políticos, como afirmaram Streb e Torrens (2013), através de um elaborado modelo, tendo como base o papel dos agentes de veto legislativo como alternativa viável para solucionar a problemática de ciclos políticos, concluindo ainda que para essa prática ser eficaz, o legislador deveria possuir a capacidade de fiscalizar e supervisionar, consequentemente asseguraria que o chefe do poder executivo estaria agindo alinhado à lei orçamentária vigente.

A partir desses estudos, as pesquisas nacionais e internacionais contidas neste trabalho, notou-se a existência de evidências indicativas ligadas a presença de círculos políticos na execução orçamentária, tendo em vista isso, ao desenrolar destes artigos estudaremos possíveis evidências que premeditem a presença influente dos círculos políticos sobre a elaboração do orçamento público.

Trabalho de Conclusão de Curso (2019)

3. METODOLOGIA

3.1 Coleta dos Dados e Amostra da Pesquisa

Para o desenvolver desta pesquisa, teremos como objeto de estudo os 22 estados brasileiros e Distrito Federal. Fatores como o período eleitoral ser o mesmo vigente em todo o país, a existência da acessibilidade necessária às informações eleitorais e o detalhamento sobre gastos públicos estaduais foram determinantes para definição deste objeto de estudo.

A amostra da pesquisa, como destacada anteriormente, corresponderá em todos os estados da federação nacional, no tocante ao período vigente entre os de 2004 a 2018, o que corresponderá aos últimos quatro ciclos eleitorais. O estudo contém dados dos valores consignadores na Lei Orçamentaria Anual (LOA) durante anos eleitorais e não eleitorais, de cada estado, com o intuito realizar a verificação da hipótese no tocante a influência do ano eleitoral sobre os gastos e naturezas da despesa.

O processo de coleta dos dados será desenvolvido diretamente do sítio do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Já os indicadores sobre os valores orçamentários públicos até o ano de 2014 será coletado no banco de dados Finanças Brasil (FINBRA), a partir do ano de 2015 a coleta passará para o Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), além do recolhimento de dados nos sítios oficiais de cada estado. Por fim, a população dos estados foi coletada no sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

3.2 Variáveis Utilizadas e Modelo Econométrico

Para a realização desta pesquisa, as variáveis dependentes no que diz respeito aos valores consignados na LOA, sendo agrupado e classificado por meio das funções orçamentárias e por grupo de natureza de despesa. A Portaria Interministerial MOG nº 42/1999 proporciona a definição por meio de conceitos no tocante a cada uma dessas classificações, o que resulta na determinação a qual a função deverá ser entendida como o maior nível de agrupação circunstanciais e as de despesas ligadas ao setor público.

As variáveis de interesse são despesas específicas que a literatura aponta como suscetíveis a sofrerem influências em períodos eleitorais. Carvalho e Oliveira (2009) estudaram as funções: Legislativa; Agricultura; Transporte; Educação e cultura; Habitação e urbanismo; Saúde e saneamento; e Assistência e Previdência. Sakurai (2009) realizou os mesmos testes sobre as funções destacadas por Carvalho e Oliveira (2009), porem acrescentou em seu estudo a Transporte. Esta pesquisa, assim como em Queiroz (2015) e Junior *et al.* (2018), propôs analisá-las com base em duas classificações da despesa pública: (a) grupo de natureza da despesa pública; e (b) funções orçamentárias. Sendo assim justificável a inclusão dos grupos de natureza das despesas por esses serem mais sensíveis a captar a influência, conforme recomenda o estudo de Junior *et al.* (2018).

Apesar das funções estudadas pelos autores os quais foram destacados neste estudo tenham apresentado indícios de atuação, os testes econométricos foram realizados sobre todas (Tabela 1). A justificativa para isso é que, uma vez que são despesas passíveis a influências por parte do gestor, deverão ser testadas.

Trabalho de Conclusão de Curso (2019)

Tabela 1: Variáveis Dependentes de Interesse

Nomenclatura	Função Orçamentária
ADM	Administração
SEG	Segurança Pública
ASS	Assistência social
SAU	Saúde
EDU	Educação
CUL	Cultura
DIR	Direito à Cidadania
URB	Urbanismo
AGR	Agricultura
TRA	Transporte
DES	Desporto e lazer

Nota. Fonte: Elaboração Própria

A primeira classificação (quanto à natureza da despesa pública) identifica a aplicação do recurso segundo o fato gerador, ou seja, o acontecimento que ocasionou a saída de recursos do ente público. A Portaria Interministerial MF/MPOG nº 163/2001 classifica a natureza da despesa em seis grupos (Tabela 2).

Tabela 2: Variáveis Dependentes de Interesse

Nomenclatura	Grupo de Natureza de Despesas
PES	Pessoal e Encargos sociais
DECOR	Despesa Corrente
DECA	Despesa de Capital
ODC	Outras Despesas Correntes
INV	Investimentos
IVF	Inversão de Valores Financeiros
AMD	Amortização da Dívida

Nota. Fonte: Elaboração Própria

Tendo em vista a objetificação estabelecida por este estudo, a qual buscar evidenciar e analisar a premeditação de gastos em variáveis fiscais durante os ciclos eleitorais, antes que tais gastos sejam incorridos. Tornou-se assim necessário a análise de dados sobre variáveis fiscais conforme estabelecidos (Tabela 3), tendo como objetivo analisar se a elaboração da LOA sofre influência do ano eleitoral. As despesas serão testadas em seus valores nominais por função e por elemento de despesas, assim como por sua proporção em relação ao valor total do orçamento. Onde destacará a Proporção em Relação ao Montante Orçamentário (PRMO), calculado a partir do montante da dotação inicial do orçamento com os valores de cada função orçamentária, grupo de natureza de despesas e categorias econômicas.

Tabela 3: Variáveis Independentes de Interesse

Nomenclatura	Variáveis Fiscais
PRMO	Proporção em Relação ao Montante Orçamentário

Nota. Fonte: Elaboração Própria

Trabalho de Conclusão de Curso (2019)

Para indicar se o período vigente corresponde a ano eleitoral ou não, foram utilizadas variáveis independentes de interesse que consistem em *dummies* (Tabela 3). Em caso de anos eleitorais, será atribuído o valor 1 para a variável Ano Eleitoral (AE). Se não for ano eleitoral, corresponderá ao valor 0. A segunda variável dummy é definida como Reeleição para governado ou Coligação/Partido (RPC), indicando com o valor 1, caso houver reeleição da coligação/partido a qual o representante em exercício pertence foi reeleita, caso as condições não sejam atendidas, é atribuído o valor 0 à variável.

Tabela 3: Variáveis Independentes

Variável	Classificação	Descrição
AE	1	O ano é eleitoral.
	0	O ano não é eleitoral.
PMAE	1	É primeiro mandato e ano eleitoral
	0	Não é primeiro mandato ou ano eleitoral
RPC	1	O governo ou coligação/partido foi reeleito.
	0	O governo ou coligação/partido não foi reeleito.

Fonte: Elaboração Própria

A técnica econométrica a qual se fará uso para a verificação de influências correspondentes a relação existente sobre as variáveis independentes com os valores consignadores na lei orçamentaria anual será a de regressão com dados em painel. Justifica-se o fato de que a amostra é formada por dados seccionais (estados) e temporais (anos). Baseando-se na pesquisa de Klein e Sakurai (2015), as despesas foram agrupadas em função do fator ano eleitoral. A equação 1 exibe o modelo econométrico utilizado para o teste da influência do mandato eleitoral sobre as funções orçamentárias dos estados brasileiros.

$$FO_{it} = \beta_0 + \beta_1 AE_{it} + \beta_2 RPC_{it} + \beta_3 VC_{it} + \varepsilon_{it}$$

Onde:

FO_{it} = Variável função orçamentária do município i , no ano t . AE_{it} = Variável que Indica se o ano é eleitoral.

RPC_{it} = Variável que indica se o prefeito ou coligação/partido foi reeleito

VC_{it} = Variáveis de Controle.

ε_{it} = Termo de erro.

Trabalho de Conclusão de Curso (2019)

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para a avaliação das influências dos ciclos políticos sobre elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) objetivou-se estratificar a composição orçamentária por natureza da despesa, funções e categorias econômicas. Os dados orçamentários correspondem ao intervalo temporal de 2004 a 2018. Para a análise dos componentes orçamentários (grupo de natureza de despesas, funções e categorias econômicas), foram utilizadas variáveis de interesses as quais indicam se o governador está em primeiro mandato ou se coligação/partido foi reeleita. Além disso, foram utilizados *dummies* que indicam se o governador está em primeiro mandato e o ano é eleitoral (PMAE), como também os que indicam a influência de Ano eleitoral (AN) e não eleitoral (ANE). O método de análise utilizado foi o de dados em painel uma vez que o estudo contém dados seccionais e temporais. Os valores apresentados na tabela são correspondentes ao valor nominal em relação ao montante orçamentário.

	PM	RPC	P VALOR	AE	ANO NORMAL	P VALOR	PMAE	OUTROS	P VALOR	MEDIA GERAL
ADM	0,076	0,088	0,0297	0,085	0,089	0,39*	0,059	0,081	0,001	0,080
SEG	0,081	0,083	0,241*	0,085	0,083	0,33*	0,096	0,081	0,158*	0,082
ASS	0,011	0,014	0,0169	0,014	0,014	0,44*	0,019	0,012	0,138*	0,012
SAL	0,123	0,123	0,5*	0,127	0,122	0,19*	0,118	0,122	0,290*	0,123
EDU	0,146	0,155	0,012	0,159	0,154	0,29*	0,167	0,148	0,194*	0,149
CUL	0,004	0,004	0,298*	0,004	0,004	0,21*	0,004	0,004	0,322*	0,004
DIR	0,011	0,010	0,076*	0,011	0,009	0,16*	0,016	0,011	0,059*	0,011
URB	0,016	0,012	0,114*	0,013	0,012	0,5*	0,010	0,015	0,089*	0,015
AGR	0,015	0,017	0,125*	0,016	0,017	0,42*	0,018	0,016	0,336*	0,016
TRANS	0,047	0,046	0,318*	0,046	0,046	0,5*	0,039	0,046	0,149*	0,047
DESP	0,004	0,004	0,411*	0,003	0,004	0,30*	0,002	0,004	0,012	0,004
DECOR	0,811	0,813	0,380*	0,816	0,812	0,37*	0,808	0,810	0,459*	0,811
DECA	0,173	0,173	0,5*	0,166	0,176	0,22*	0,180	0,175	0,420*	0,173
PESS	0,428	0,424	0,368*	0,440	0,418	0,12*	0,480	0,424	0,058*	0,427
ODC	0,352	0,357	0,286*	0,349	0,360	0,24*	0,303	0,355	0,022	0,354
INV	0,125	0,127	0,396*	0,124	0,128	0,36*	0,135	0,126	0,389*	0,126
IVF	0,014	0,012	0,245*	0,011	0,012	0,36*	0,004	0,014	0,001	0,013
AMD	0,034	0,034	0,5*	0,032	0,035	0,16*	0,042	0,035	0,241*	0,034

Tabela - 4 Efeito mandato e ano eleitoral sobre os gastos públicos.

Fonte: Elaboração própria (2019)

A Tabela 4 apresenta valores médios proporcionais ao total da LOA, em cada um dos elementos destacado neste estudo, segregando dados de governadores em primeiro e em segundo mandato, além de especificar os gastos realizados por gestores em primeiro mandato em um ano eleitoral. Sendo a análise aplicada a 22 estados e Distrito Federal no decorrer de 15 anos, uma vez que atualmente não foi possível a obtenção de todas as informações orçamentárias necessárias para o estudo em todo território nacional, sendo retirados da análise os estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Rondônia e Roraima por não apresentarem os dados disponível para todo o período deste estudo.

Para a análise estatística dos dados fez-se uso do Teste T, o qual contém duas amostras presumindo variâncias diferentes. Conforme a elaboração dos resultados, observou-se uma certa constância nas medias de destinações de recursos nos fatos estudados. Com tal conformidade em alocação de valores, verifica-se que nas despesas por funções as maiores medias ficam a cargo da Saúde e Educação, e as menores em Cultura, assim como Desporte e Lazer. Sendo notório tanto no primeiro mandato, quanto no segundo

Trabalho de Conclusão de Curso (2019)

mandata, além de ocorrerem em anos eleitorais e não eleitorais. No grupo de categorias econômicas segue-se a mesma linha de raciocínio (anos eleitorais, não eleitorais, primeiro mandato e segundo mandato), destacando Despesas Correntes como maiores médias e as Despesas Capitais como as menores. Por fim, no grupo de natureza de despesa, as ligadas com Pessoal e Encargos, e Outras Despesas Correntes, se firmam como maiores médias, já as menores correspondem a Inversão Financeira e Amortização da Dívida.

Em Silva *et al.* (2017), os estudos realizados sobre a execução das despesas orçamentárias nos estados brasileiros, é destacado pela autora que o fator mandato eleitoral influencia na função Urbanismo, já em Freitas (2018) observa-se a mesma influência para a função, porém na esfera municipal. Entretanto no presente estudo, a qual se refere ao planejamento orçamentário e não a execução, não houve notória constatação para influências sobre tal função, porém houve uma certa concordância ao apresentar influências na função Transporte, uma vez que o mesmo sofre influência do fator mandato eleitoral.

Para as variáveis independentes, nota-se que durante os anos eleitorais onde os governantes se enquadram no perfil de reeleição/segundo mandato, houve um aumento nos números médios das despesas por função em relação a primeiros mandatos e anos não eleitorais. Na categoria econômica a despesa corrente aumenta no segundo mandato e ano eleitoral. O grupo de natureza de despesas por sua vez age de maneira inversa, destacando uma diminuição despesas com pessoal e encargos durante anos eleitorais e um aumento de outras despesas, investimento, inversão financeira e amortização da dívida em anos não eleitorais.

Diferentemente da variável correspondente ao fator mandato eleitoral, à variável de intersecção entre o primeiro mandato em ano eleitoral (PMAE), segrega os governadores em primeiro mandato dos que exercem seu segundo mandato, estando legalmente impedidos de concorrer à reeleição. A segunda variável de independente refere-se às informações de comportamento dos governadores que, exercendo seu primeiro mandato, estão em ano eleitoral. Utilizou-se também a variável corresponde a A tabela 4 contém ainda dados relacionados a média geral, sendo as médias simples, relacionada ao montante dos valores orçamentários estaduais envolvendo todos os anos abordados neste estudo.

O teste de Kolmogorov-Smirnov sugere que a distribuição dos resíduos não é normal. No entanto justifica-se sua utilização por meio do teorema do limite central de Gujarati (2006), ao qual o teste do painel foi realizado utilizando erro padrão robusto. Além disso foi usado Teste de White para revelar que não há problema de heterocedasticidade nas funções orçamentárias e Teste de Chow para apontamento sobre a inexistência de quebra estrutural nos painéis. Para os testes de diagnóstico do painel (Estimador de efeitos fixos) foram realizados os Testes de Breusch-Pagan e de Hausman, revelando a existência de Efeito Fixo, a qual cada nível em teste representa uma população estatística por si só, com média própria.

Trabalho de Conclusão de Curso (2019)

Tabela 5- Influência do mandato e ano eleitoral sobre as despesas por funções.

VARIAVÉIS	ADM*	SEG*	ASS*	SAU*	EDU*	CUL*	DIR*	URB*	AGR*	TRANS*	DESP*
CONSTANTE	0,086767	0,082832	0,130514	0,120514	0,147215	0,004424	0,009016	0,014514	0,01566	0,044404	0,00438263
PM	0,0412**	0,3184	0,2554	0,3491	0,5504	0,7085	0,0656*	0,8588	0,5483	0,4473	0,8057
PMAE	0,2694	0,1305	0,9673	0,3006	0,5127	0,0219**	0,6919	0,4527	0,9003	0,3661	0,7639
AE	0,1395	0,9251	0,84	0,0776*	0,581	0,0653*	0,1144	0,4769	0,4403	0,9393	0,639
R²	0,744505	0,641862	0,660891	0,667033	0,68986	0,666083	0,547706	0,820618	0,789639	0,531468	0,150786
TESTE F	2,68814	3,39894	0,533333	1,07951	0,219409	1,80713	3,8595	0,417718	1,72204	2,30604	0,406061

Fonte: Elaboração Própria.

Tabela 6- Influência do mandato e ano eleitoral sobre categoria econômica e natureza de despesas.

VARIAVÉIS	DECOR*	DECA*	PESS*	ODC*	INV*	IVF*	AMD*
CONSTANTE	0,816898	0,169519	0,41217	0,367447	0,122063	0,01356	0,033897
PM	0,1823	0,3861	0,4487	0,0759*	0,4682	0,9974	0,4095
PMAE	0,6666	0,5321	0,8608	0,4594	0,3728	0,6792	0,5595
AE	0,3744	0,2721	0,4398	0,6309	0,418	0,0366**	0,5334
R²	0,649256	0,538057	0,307609	0,528385	0,59241	0,719781	0,063366
TESTE F	1,72038	1,49771	2,2908	1,76079	0,715954	2,42706	2,31479

Fonte: Elaboração Própria.

Trabalho de Conclusão de Curso (2019)

Por meio dos dados apresentados na Tabela 5, pode ser apontado que dentre as Despesas por Funções, a Administração (ADM) e Direito a Cidadania (DIR) sofreram influência em relação ao primeiro mandato (PM), significativa a 0,05 ou 5% (sendo destacado **) e 0,1 ou 10% (destacado com *) respectivamente. Para o item relacionado a Primeiro mandato e Ano Eleitoral (PMAE) é capaz de destacar apenas a função Cultura (CUL), a qual a mesma significativa a 0,05 (5%). Ao fim da análise sobre a Tabela 5, percebe-se que durante Anos Eleitorais (AE) as funções de Saúde (SAU) e Cultura (CUL) significativa a 0,1 (10%).

O achados na pesquisas concordam com os resultados idealizados por Klein e Sakurai (2015), já que os mesmos ao analisarem o comportamento fiscal a nível municipal em primeiro e segundo mandato durante os anos eleitorais, constaram resultados os quais apontam que durante as eleições os prefeitos reduzem as despesas correntes e aumentam as despesas de capital. Entretanto diverge dos achados nas regressões realizadas por Silva *et al.* (2017), uma vez que as regressões realizadas pelas autora apontou influencia nas funções Urbanismo e Transporte durante os a variável Primeiro Mandato (PM) e Primeiro Mandato e Ano Eleitoral (PMEA), divergindo do presente estudo o qual identificou influencias nas funções Cultura e Direito a Cidadania.

A Tabela 6, contém dados relacionados a informações por Categorias Econômicas e natureza de despesas. A análise aponta que as despesas por Categorias Econômicas não sofrem nenhuma influencia em relação as variáveis, porem o Grupo de Natureza de Despesa sofre, especificamente o elemento Outras Despesas Correntes (ODC), durante o primeiro mandato, variação significativa de 0,1 (10%) e Inversão Financeira (IVF), significativa 0,05 (5%) durante anos eleitorais. Essa constatação está em confronto aos achados de Queiroz (2015), o qual identificou que a execução das despesas de capital, em especial os investimentos, influenciam positivamente a probabilidade de recondução dos partidos políticos nos municípios brasileiros, divergindo da ideia deste estudo, o qual constatou que a variável Investimentos (Inv) não sofreram quaisquer influencias durante sua elaboração orçamentaria.

Trabalho de Conclusão de Curso (2019)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Este estudo teve como principal objetivo a análise das influências causadas sobre a elaboração orçamentária durante anos eleitorais. A amostra foi composta por 22 estados e Distrito Federal (88,46% do universo total estados brasileiros) nos anos de 2004 a 2018, representando quatro ciclos eleitorais, não limitando aos gastos apenas em anos eleitorais, mas sim, durante todo o mandato do governo. Para isto foram utilizadas dezoito regressões, uma para cada elemento analisado, com dados em painel com efeitos fixos e erro padrão robusto.

A estatística descritiva revelou a maior possibilidade de influência fiscal na elaboração orçamentária durante anos eleitorais, com mais notoriedade durante a possível reeleição do candidato a governo, uma vez que é evidente o aumento nos números médios das despesas por funções e despesas correntes em relação aos primeiros mandatos e anos não eleitorais. A única variável deste estudo a qual se distanciou deste enquadramento lógico foi o grupo de natureza de despesas, uma vez que o mesmo se comporta de maneira inversa, apontando uma diminuição nas despesas durante anos eleitorais e um aumento em anos normais.

As análises dos dados foram feitas a partir da utilização de teste em painéis com erros robustos, uma vez que o estudo contém dados seccionais e temporais. Por meio dos dados analisados pode-se destacar que o fato do governador estar no Primeiro Mandato (PM) afetou a elaboração orçamentária para as funções de Administração (ADM) e Direito a Cidadania (DIR). Para a variável relacionado a Primeiro mandato e Ano Eleitoral (PMAE) é feito o apontamento que apenas a função Cultura (CUL) foi afetada durante sua elaboração orçamentária. Por fim, para a variável Anos Eleitorais (AE) é percebível que as funções de Saúde (SAU) e Cultura (CUL) sofrem algum tipo de interferência durante sua elaboração. Passando para a análise das categorias econômicas e naturezas de despesas apontam que as despesas por Categorias Econômicas não sofrem nenhuma influência em relação as variáveis, porém o Grupo de Natureza de Despesa sofre, especificamente o elemento Outras Despesas Correntes (ODC), durante o Primeiro Mandato (PM) e Inversão Financeira (IVF) durante Anos Eleitorais (AE).

Em Silva *et al.* (2017), a autora realizou estudos com base na execução orçamentárias nos estados brasileiros e apontou o fator mandato eleitoral influenciaria na função Urbanismo. Já em Freitas (2018) houve um mesmo apontamentos para as funções conforme o estudo de Silva *et al.* (2017), divergindo apenas na esfera estudada, já que o trabalho se baseou em valores municipais. No estudo vigente, a qual se refere ao planejamento orçamentário e não a execução, não houve notórias constatações para influencias sobre tal função, porém houve uma certa concordância ao apresentar influencias na função Transporte, uma vez que o mesmo sofre influência do fator mandato eleitoral.

Os achados nesse estudo alinham-se à estudos anteriores que estudam a composição do gasto público em anos eleitorais e no decorrer do mandato, como em Klein e Sakurai (2015), o qual concluiu que partindo do intuito de aumentar as chances de reeleição própria ou de seu grupo político, os governantes alteram a composição do orçamento, aumentando os gastos direcionados. Além de Queiroz (2015), o qual identificou que os municípios cujos partidos foram reconduzidos aplicaram um percentual maior de recursos em gastos finalísticos o que corresponderia ações que

Trabalho de Conclusão de Curso (2019)

gerariam impactos sociais, e de contrapartida reduziria as despesas administrativas. Com isso os resultados sugerem que os governadores influenciam a composição das despesas públicas com o objetivo de suprir seus próprios interesses políticos eleitorais.

Dentre as dificuldades e limitações do presente estudo, destaca-se a não obtenção de dados abrangentes a todos os estados brasileiros, ocasionando a diminuição na amostra da pesquisa, a qual totalizou 23 dos 26 estados (contando com Distrito Federal), ficando de fora os estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Rondônia e Roraima, pela não obtenção de dados suficiente para a análises anteriores. A pesquisa limita-se ainda a apenas onze funções orçamentárias, duas categorias econômicas e cinco naturezas de despesas, as quais apresentaram maiores evidências de influência em estudos anteriores e maior facilidade notória de alteração nos elementos, porém pode-se estudar como anda a realidade das demais funções orçamentárias atualmente.

Para pesquisas posteriores, sugere-se a averiguação da influência do mandato eleitoral sobre gastos não considerados pela presente pesquisa e por Klein e Sakurai (2015), podendo abordar diversas funções orçamentarias que compõe a classificação funcional da despesa pública. Sugere-se também um estudo para verificar a possível influência dos ciclos políticos sobre contas da união.

6. REFERÊNCIAS

ALT, J. E.; LASSEN, D. D. **Transparency, Political Polarization, and Political Budget Cycles in OECD Countries**. American Journal of Political Science. v. 50, n. 3, p. 530-550, 2006.

ARVATE, P. R.; MENDES, M.; ROCHA, A. **Are voters fiscal conservatives? Evidence from Brazilian municipal elections**. Estudos Econômicos, v. 40, n. 1, p. 67-101, 2010.

BRASIL, **Portaria Ministerial MOG no 42**, de 14 de abril de 1999 – Publicada no DOU de 15 de abril de 1999 – Atualiza a discriminação da despesa por funções de que tratam o inciso I do § 1o do art. 2o e § 2o do art. 8o, ambos da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, estabelece os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais, e dá outras providências.

BRENDER, A; DRAZEN, Allan. **Where does the political budget cycle really come from?** CEPR Discussion Papers, n. 4049, 2003.

BRENDER, A.; DRAZEN, A. **How do budget deficits and economic growth affect treelection prospects? Evidence from a large panel of countries**. The American Economic Review, v. 98, n. 5, p. 2203-2220, 2008.

BRENDER, A.; DRAZEN, A. **Political budget cycles in new versus established democracies**. Journal of Monetary Economics. v. 52, p. 1271-1295, 2005.

CARVALHO, F. A. A.; OLIVEIRA, K. V. **A contabilidade governamental e a teoria dos ciclos políticos: Uma análise empírica fiscal e contábil sobre os municípios do Estado do Rio de Janeiro – 1998/2006**. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade. v. 3, p. 46-64, 2009

CESAR, C.M.C. *et al.* **Fatores associados à eficiência na alocação de recursos públicos à luz do modelo de regressão quantílica**. Rev. Adm. Pública vol.49 no.5 Rio de Janeiro Set./Out. 2015

DOWNS, A. An economic theory of political action in a democracy. **Journal of Political Economy**, v. 65, n. 2, p. 135-150, 1957.

DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

DRAZEN, A. **The Political Business Cycle after 25 Years**. NBER Macroeconomics Annual. v. 15, p. 75-138, 2001.

DRAZEN, A.; ESLAVA, M. **Electoral manipulation via expenditure composition: theory and evidence**. NBER Working Paper No. W11085, 2005.

DRAZEN, A.; ESLAVA, M. **Electoral manipulation via voter-friendly spending: Theory and evidence**. Journal of Development Economics. v. 92, p. 39-52, 2010

Trabalho de Conclusão de Curso (2019)

GUJARATI, Damodar. **Econometria básica**. 4a edição. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

HAAN, J.; KLOMP, J. **Conditional political budget cycles: a review of recent evidence**. Public Choice. v. 157, p. 387-410, 2013.

HIBBS, D. A. **Political parties and macroeconomic policy**. American Political Science Review. v.71, n. 4, p. 1467-1487, 1977.

KLEIN, F. A.; SAKURAI, S. N. **Term limits and political budget cycles at the local level: evidence from a young democracy**. European Journal of Political Economy, 37, 21- 36, 2015.

KLOMP, J.; HAAN, J. **Political budget cycles and election outcomes**. Public Choice, v. 157, p. 245-267, 2013.

Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000. (2000). Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF.

MORAIS, L. M. F. ; QUEIROZ, D. B. ; SOUSA, R. G. . **Ciclo Político no Índice de Gasto com Pessoal: Uma Análise no Contexto Brasileiro**. SOCIEDADE, CONTABILIDADE E GESTÃO (UFRJ), 2019

MORAIS, L. M. F. ; QUEIROZ, D. B. ; SOUSA, R. G. . **Ciclo Político no Índice de Gasto com Pessoal: Um Estudo nos Municípios Paraibanos**. In: 3º Congresso UnB de Contabilidade e Governança, 2017, Brasília. Anais do 3º Congresso UnB de Contabilidade e Governança, 2017.

NAKAGUMA, M. Y.; BENDER, S. **Ciclos Políticos e Resultados Eleitorais: um estudo sobre o comportamento do eleitor brasileiro**. RBE, v. 64, n. 1, p. 3-24, Rio de Janeiro, jan-mar, 2010.

NORDHAUS, W. D. **The political business cycle**. Review of Economic Studies, v. 42, n. 2, p. 169-190, 1975.

OLIVEIRA, K. V., CARVALHO, F. A. A. **A contabilidade governamental e o calendário eleitoral: uma análise empírica sobre um painel de municípios do Rio de Janeiro no período 1998 - 2006**. RCO, v. 3, n. 5, São Paulo, abr., 2009.

PELTZMAN, S. Voters as fiscal conservatives. **The Quarterly Journal of Economics**, v.107, n. 2, p. 327-361, 1992.

QUEIROZ, D.B.. **Composição do gasto público e resultados eleitorais: um estudo nos municípios nordestinos no ano de 2012**. ReCont : Registro Contábil – Ufal – Maceió/AL, Vol. 6, Nº 3 , p.38-55, set/dez – 2015

QUEIROZ, D. B.; SOUZA, A. G. S. F. ; MORAIS, L. M. F. ; SILVA, V. K. R. . **Mandatos Eleitorais e Ciclos Políticos Orçamentários: Evidências dos Estados**

Trabalho de Conclusão de Curso (2019)

Brasileiros. In: X Congresso Anpcont, 2016, Ribeirão Preto. Anais do X Congresso Anpcont, 2016.

ROGOFF, K. (1990). **Equilibrium political budget cycles.** The American Economic Review, 80(1), 21-26.

ROGOFF, K., & SIBERT, A. (1988). **Elections and macroeconomic policy cycles.** Review of Economic Studies, 55(1), 1-16.

ROSE, S. **Do fiscal rules dampen the political business cycle?** Public Choice. v. 128, p. 407-431, 2006.

SAKURAI, S. N. **Testando a hipótese de ciclos eleitorais racionais nas eleições dos municípios paulistas.** Estudos Econômicos, v. 35, n. 2, p. 297-315, 2005.

SAKURAI, S. N. **Ciclos Políticos nas Funções Orçamentárias dos Municípios Brasileiros: Uma Análise para o Período 1990 – 2005 Via Dados em Painel.** Estudos Econômicos. v. 39, p. 39-58, 2009.

SAKURAI, S. N.; MENEZES-FILHO, N. A. **Fiscal policy and reelection in Brazilian municipalities.** Public Choice, v. 137, p. 301-314, 2008.

SAKURAI, S. N.; MENEZES-FILHO, N. A. **Opportunistic and partisan election cycles in Brazil: new evidence at the municipal level.** Public Choice. v. 148, p. 233-247, 2011.

SAPORITI, A.; STREB, J. M. **Separation of powers and political budget cycles.** Public Choice. v. 137, p. 329-345, 2008.

SILVA, V. K. R.; JÚNIOR, A. E. X.; MORAIS, L. M. F.; SOUZA, A. G. S. F. **Mandatos eleitorais e ciclos políticos orçamentários: um estudo nas funções orçamentárias dos estados brasileiros.** XIV Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, São Paulo, 2017.

SHI, M. & SVENSSON, J. (2003). **Political budget cycles: A review of recent developments.** Nordic Journal of Political Economy, 29:67–76.

STREB, J. M., & TORRENS, G. (2013). **Making rules credible: divided government and political budget cycles.** Public Choice, 156, 703-722.

SMITH, ADAM. [1759]. **The theory of moral sentiments.** The Glasgow Edition of the Works and Correspondence of Adam Smith, Oxford University Press, 1976

VEIGA, L. G.; VEIGA, F. J. **Political business cycles at the municipal level.** Public Choice. v. 131, p. 45-64, 2007a.

VEIGA, L. G.; VEIGA, F. J. **Does opportunism pay off.** Economics Letters. v. 96, p. 177-182, 2007b.

Trabalho de Conclusão de Curso (2019)



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIÁRIDO
DEPARTAMENTO DE AGROTECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
CONSELHO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS



ATA DE DEFESA DO TCC

As 15 horas e 30 minutos do dia 08 de agosto de 2019, na sala 02 da central de aulas III, campus leste, reuniu-se a Banca Examinadora de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso do (a) aluno (a) **PÉRICLES AUGUSTO CÂMARA NETO**, do curso de Ciências Contábeis dessa Instituição, com o título "CICLOS POLÍTICOS X PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO: UM ESTUDO ACERCA DA INFLUÊNCIA DOS PERÍODOS ELEITORAIS SOBRE A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL UM ESTUDO NOS ESTADOS BRASILEIROS". A Banca Examinadora foi constituída pelos Professores: **Antonio Erivando Xavier Júnior**, presidente da banca e orientador do aluno; **Álvaro Fabiano Pereira de Macedo** e **Lucas Lúcio Godeiro**. Foram registradas as seguintes ocorrências: O Trabalho foi **apresentado** pelo (a) discente e, em seguida, houve arguição por parte dos membros da Banca Examinadora. A defesa foi pública e houve presença de outras pessoas. As sugestões de alterações textuais foram entregues ao (a) aluno (a), que se comprometeu a fazê-las na sua totalidade. Concluída a defesa, procedeu-se com o julgamento pelos Membros da Banca Examinadora, tendo o (a) aluno (a) obtido as seguintes notas: 9,0, 9,5 e 9,5. Apurada as notas, verificou-se que o (a) **aluno (a) foi aprovado (a) com média geral 9,3, cumprindo as exigências para a aprovação na disciplina Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis**. E, para constar, eu, **Antonio Erivando Xavier Júnior**, presidente da Banca Examinadora e Orientador (a) do (a) aluno (a) **PÉRICLES AUGUSTO CÂMARA NETO**, lavrei a Ata que, após lida e analisada segue assinada pelos Professores membros da Banca Examinadora.

Mossoró-RN, 08 de agosto de 2019.

Prof. Dr. Antonio Erivando Xavier Júnior
Presidente da Banca Examinadora

Prof. Dr. Álvaro Fabiano Pereira de Macedo
Membro titular 1

Prof. Dr. Lucas Lúcio Godeiro
Membro titular 2